

Vereadora pede fiscalizações em postos após alta nos combustíveis

Procon Campinas contabilizou 18 denúncias de possíveis abusos nos preços

Álvaro Jr/Câmara de Campinas

Por Moara Semeghini

A vereadora Fernanda Souto (PSOL) solicitou ao Procon de Campinas a realização de operações de fiscalização em postos de combustíveis do município diante de suspeitas de aumento abusivo de preços. Até então, o órgão vinha atuando principalmente a partir de denúncias de consumidores.

O pedido foi formalizado por meio de ofício encaminhado ao diretor do órgão, Paulo Bojikian Giglio, com base no Código de Defesa do Consumidor. No documento, a parlamentar pede a apuração de eventuais irregularidades na elevação dos valores cobrados por gasolina, diesel, etanol e Gás Natural Veicular.

A iniciativa ocorre em meio ao aumento de denúncias registradas na cidade. Segundo o Procon, Campinas contabilizou 18 reclamações relacionadas a possíveis preços abusivos desde o início da guerra de Israel e Estados Unidos contra o Irã, em 28 de fevereiro. No mesmo período do ano passado, não houve registros desse tipo.

Nas redes sociais, a vereadora afirmou que há indícios de práticas abusivas por parte de distribuidoras e revendedoras e que o aumento dos combustíveis



Vereadora solicitou ao Procon operações de fiscalização presencial em postos de combustíveis

impacta diretamente o custo de vida da população, com reflexos no transporte e no preço dos alimentos.

No ofício, Souto argumenta que, apesar da alta internacional do petróleo, medidas adotadas pelo governo federal, como a zeragem de impostos sobre o diesel, deveriam conter os reajustes. Ela também cita que não houve repasse integral de aumentos às distribuidoras, o que reforça a necessidade de investigação.

Diante desse cenário, a vereadora

solicitou a abertura de procedimento de fiscalização para verificar a existência de aumentos injustificados e, se confirmadas irregularidades, a aplicação de sanções administrativas, como multas e até suspensão das atividades dos estabelecimentos.

Em publicação nas redes sociais, a vereadora fez críticas à privatização da BR Distribuidora durante o governo Bolsonaro, hoje Vibra Energia, e defendeu a reestatização do setor. Segundo Souto, o aumento recente dos

combustíveis estaria sendo impulsionado por margens elevadas praticadas por distribuidoras e revendedoras.

A discussão ganhou força após fiscalização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontar indícios de prática abusiva na comercialização de diesel. Segundo a Folha de S. Paulo, a Vibra foi autuada após elevar o preço do combustível em cerca de R\$ 1,06 por litro, enquanto o custo de aquisição teria aumentado ape-

nas R\$ 0,03 no mesmo período.

Ainda segundo a reportagem, a operação foi realizada de forma conjunta pela ANP, pela Secretaria Nacional do Consumidor e pela Polícia Federal, com análise de notas fiscais entre o fim de fevereiro e meados de março. A apuração indicou um “descolamento significativo” entre custo e preço ao consumidor. Em nota, a Vibra afirmou que os preços no setor são influenciados por fatores como custos logísticos, variações cambiais e condições regionais, e que atua em conformidade com a regulação.

O tema também repercutiu no governo federal.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, criticou os aumentos recentes e classificou como irregulares práticas que elevem preços sem justificativa baseada nos custos.

Para Fernanda Souto, o cenário internacional não justificaria, por si só, os reajustes. Segundo ela, há indícios de que empresas estejam se aproveitando do momento de instabilidade global para ampliar suas margens de lucro, sem aumento proporcional nos custos. Nos últimos dias, o barril do tipo Brent, referência internacional, voltou a subir em meio às tensões geopolíticas.

Professora da Unicamp é solta após furto

Antonio Scarpinetti/Unicamp

A Reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) instaurou uma sindicância interna para apurar o furto de material de pesquisa ocorrido no Instituto de Biologia da instituição. O caso, que mobiliza autoridades federais e órgãos de vigilância sanitária, envolve a manipulação de material biológico sensível e segue sob investigação. A pesquisadora chegou a ser levada à Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu após a prisão em flagrante, mas teve liberdade provisória concedida pela Justiça Federal na terça-feira (24), após audiência de custódia.

O crime teria ocorrido no último fim de semana. Na segunda-feira (23), a Polícia Federal prendeu em flagrante a professora Soledad Palameta Miller, da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. Ela é apontada como suspeita de retirar amostras do Laboratório de Virologia e Biotecnologia Aplicada do Instituto de Biologia.

Durante a operação, foram cumpridos mandados de busca e apreensão, e o material foi localizado em espaços utilizados pela docente. As amostras, posteriormente identificadas como vírus, foram encaminhadas ao Ministério da Agricultura e Pecuária para análise. A ação contou com apoio técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A pesquisadora chegou a ser levada à Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, mas teve liberdade provisória concedida pela Justiça Federal na tarde de terça-feira (24). Na decisão, o conteúdo das amostras, até então mantido sob sigilo, foi descrito como vírus, o que reforça a gravidade potencial do caso.

O laboratório de onde o material foi retirado opera com níveis 2 e 3 de biossegurança (NB-2 e NB-3). Isso significa que está habilitado a manipular agentes com risco moderado a alto para o indivíduo e potencial de disseminação controlada na comunidade,

exigindo protocolos rigorosos de segurança.

Segundo a Polícia Federal, a docente pode responder por furto qualificado, fraude processual e transporte irregular de organismo geneticamente modificado. As investigações buscam esclarecer as circunstâncias da retirada do material, bem como eventual risco à saúde pública.

De acordo com informações institucionais, Soledad Palameta Miller atua na área de virologia aplicada a alimentos, com pesquisas voltadas à vigilância epidemiológica e ao desenvolvimento de diagnósticos e terapias para vírus transmitidos por água e alimentos. Ela também já participou de projetos no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), com foco em engenharia de vetores virais e desenvolvimento de terapias.

Em nota, a Unicamp informou que abriu sindicância para apurar o caso e que colabora com as autoridades.



Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar o crime